



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 638396 - SP (2021/0000737-4)

RELATOR : MINISTRO RIBEIRO DANTAS
IMPETRANTE : RAFAEL PESSOA DE SEABRA
ADVOGADO : RAFAEL PESSOA DE SEABRA - SP291384
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : JULIO CAIO JUNQUEIRA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de JULIO CAIO JUNQUEIRA em que se aponta como autoridade coatora o JUÍZO DA VARA REG.SUL2 DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA MULHER - FORO REGIONAL II - SANTO AMARO (Ação Penal n. 1525381-33.2020.8.26.0228).

O paciente foi preso em flagrante, em 2/12/2020, por descumprimento de decisão judicial que impôs medidas protetivas de urgência em favor de sua ex-companheira, tendo a custódia sido convertida em preventiva.

O impetrante sustenta que não estariam presentes os requisitos necessários para a manutenção da custódia cautelar do acusado.

Alega, ainda, que "*o paciente está sendo acusado da prática de crime; artigo 147, do Código Penal artigo 24-A da Lei 11.340/2006, na forma do artigo 69, do Código Penal, sendo ABSOLUTAMENTE DESPROPORCIONAL QUE PESSOA PRESUMIDAMENTE INOCENTE PERMANEÇA PRESO, QUANDO ACUSADO DE CRIME DE GRAVIDADE REDUZIDA*".

Requer, liminarmente e no mérito, a concessão da ordem para que seja revogada a prisão preventiva do paciente.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Aponta-se como autoridade coatora o Juízo de primeiro grau. Ademais, não há notícia de que houve análise do pedido objeto do presente *writ* pelo Tribunal de origem, razão pela qual é inviável sua apreciação pelo STJ, sob pena de indevida supressão de instância.

Dispõe o art. 105, I, c, da Constituição Federal que compete ao Superior

Tribunal de Justiça processar e julgar *habeas corpus* quando o coator for tribunal sujeito a sua jurisdição, hipótese que não é a dos autos. O pedido também não se enquadra em nenhuma das hipóteses de competência originária desta Corte.

Ante o exposto, com fundamento no art. 21, XIII, c, c/c o art. 210 do RISTJ, indefiro liminarmente o presente *habeas corpus*.

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 07 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente